



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 3/2010

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2010

----- Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano dois mil e dez, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela sua Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Ana Cristina Lobato Pinto de Fróis de Figueiredo e Silva e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Nos termos do número um da alínea a) do Artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Maria Júlia Moura Marques Franco Mira, Luís Alberto Santos Tirano Ferreira, Rui Miguel da Costa e Silva, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Vera Alexandra da Costa Simões e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Pisões Norberto Peralta Marques, procedendo-se às respectivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a acta n.º 2/2010 referente à Sessão de Ordinária de 24 de Abril, sendo esta aprovada com as correcções introduzidas pela intervenção da Deputada Municipal Carla Cristina Machado Rodrigues Dias por maioria com três abstenções. -----

----- Foi ainda tomada nota da solicitação feita pelo Deputado António Manuel da Silva Moreira para que nas actas futuras sejam colocados eventuais dados objectivos referidos nas intervenções, como por exemplo valores ou percentagens que se afigurem como indicadores numa dada situação. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, previamente a iniciar o período antes da Ordem do dia prestou as seguintes informações: -----

----- Referindo-se ao facto de não se encontrar ainda colocada a fotografia do seu antecessor no auditório da sala de sessões, esclareceu que se aguarda o envio da mesma pelo próprio Dr. Victor Damião. -----

----- No que se refere à apresentação do resultado do trabalho da comissão para a revisão do regimento, espera-se que na próxima Assembleia Municipal este possa já ser apresentado, após a sua análise e concertação entre os diferentes grupos parlamentares. -----

----- Atendendo às diversas solicitações feitas para que a hora de início das sessões seja alterada, por se considerar demasiado cedo o horário praticado (13.30 h), ficou definido que o início das sessões passará a ser às 14 horas. -----

----- Seguidamente foi lida deliberação da Mesa da Assembleia Municipal, que se transcreve na íntegra: -----

----- “No passado dia 20 de Junho de 2010 foi pela Sra. Deputada Carla Maria Pires Rodrigues, enviado um e-mail dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que se transcreve no que a esta deliberação interessa: -----

-----“ *Anexo alguns documentos para incluir na ordem de trabalho da reunião do próximo sábado: voto de recomendação e moção.* -----

----- *Anexo também dois requerimentos a enviar através da Mesa desta Assembleia à Presidência da Câmara Municipal.*”-----

----- Recebido o e-mail, os dois referidos requerimentos foram endossados pelos serviços da Assembleia Municipal à Presidência da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea f), do nº 1, do artigo 53º da Lei 169/99 de 19 de Setembro; -----

----- Relativamente aos assuntos a serem incluídos na ordem de trabalhos – uma moção e um voto de recomendação – entendeu a Mesa não os incluir na Ordem de Trabalhos, porquanto: -----

----- i) Dispõe-se na alínea a), do artigo 87º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que citamos: -----

----- “ 1. A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro do órgão, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões ordinárias; -----
----- b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias. -
----- 2. A ordem do dia é entregue a todos os membros com antecedência sobre a data do início da reunião de, pelo menos, dois dias úteis, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respectiva documentação.” -----
----- ii) Perante o requerimento apresentado duas questões se levantavam: a 1ª a de saber se o pedido fora efectuado com a antecedência legalmente determinada e a 2ª a de saber se os assuntos a incluir seriam da competência do órgão Assembleia Municipal. -----
----- iii) No que respeita ao prazo, não existem dúvidas. De facto nesta sede há que considerar o disposto na alínea a), do nº 2, do artigo 15º, do Regimento da Assembleia Municipal que estabelece um prazo de 5 dias, sem dizer se úteis ou não, sendo que, neste particular, há que o realçar, a entender-se existir desconformidade entre a Lei e o Regimento, prevalece claramente o disposto na Lei, ou sejam, os 5 dias úteis. Ainda assim, e mesmo considerando a regra geral sobre a contagem de prazo consignada no artigo 279 b) do Código Civil – na contagem de qualquer prazo não se inclui o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr – e tendo em conta que o e-mail foi enviado no dia 20.06 e a presente assembleia ocorre em 26.06, o requerimento em apreço foi formulado e apresentado dentro do prazo de 5 dias úteis estabelecidos pela Lei 169/99. -----
----- iv) No que toca à 2ª questão a ser apreciada o entendimento da Mesa é a de que a aprovação de moções e votos de recomendação, podendo embora ser apreciados, discutidos e votados em sede de Assembleia Municipal o deverão ser no período de Antes da Ordem do Dia, não podendo nem devendo figurar na Ordem de Trabalhos / Ordem do Dia. É certo, o que desde já se aceita, ter esta mesma Mesa admitido a inclusão na Ordem de Trabalhos de um voto de louvor e de uma recomendação na assembleia que teve lugar no passado dia 24 de Abril, solicitações essas então também feitas a pedido da mesma Ilustre Deputada. E, de forma clara, confessa a Mesa o seu erro pois que essa inclusão não deveria ter sido admitida. Fizemo-lo por duas razões fundamentais: a 1ª porque não estudámos o assunto; a 2ª porque se não pretendia, como se não pretende, cercear as iniciativas dos membros desta Assembleia. Só que, estudado o problema, verificamos que essa nossa intenção e obrigação, de não cercear as iniciativas dos Srs. Deputados, pode ser conseguida dentro do quadro legal em vigor e sem com isso se violarem as disposições legais que, na perspectiva da Mesa, impedem a inclusão daqueles assuntos na Ordem de Trabalhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Mesa fundamenta o seu entendimento nos seguintes termos: -----

----- a) Conforme já foi referido o artigo 87º da Lei 169/99 de 19 de Setembro impõe que a Ordem do Dia deve incluir os assuntos que sejam da competência da Assembleia Municipal. -----

----- b) O artigo 53º da mesma Lei define o quadro de competências da Assembleia Municipal, sendo que, neste particular, apenas interessa apreciar o nº 1 daquela disposição legal dado que as competências conferidas nos nºs 2, 3 e 4 estão condicionadas a prévia proposta da Câmara (nº 2), prévia proposta ou pedido de autorização da Câmara municipal (nº 3) e sob proposta da Câmara Municipal (nº 4). ---

----- c) Apreciado o nº 1 do referido artigo 53º, verifica-se que as únicas moções que são da competência da Assembleia Municipal são as moções de censura à Câmara Municipal, conforme previsto na respectiva alínea I), não se conseguindo, ainda que com latitude e imaginação, enquadrar nas restantes competências da Assembleia Municipal a discussão e aprovação de moções, votos de recomendação ou votos de louvor. -----

----- d) Em suma, não tem a Mesa qualquer dúvida de que a apreciação, discussão e votação de moções – para além da já referida moção de censura à Câmara Municipal – e votos de recomendação não está abrangida no âmbito das competências próprias da Assembleia Municipal. E sendo assim não podem tais assuntos, ainda que requeridos por quem tiver legitimidade para o efeito, o que é o caso, e dentro do prazo legalmente imposto, o que também é o caso, não podem, repetimos, serem incluídos na Ordem do Dia. Recorda-se, aliás, e tanto quanto foi dado a conhecer a esta Mesa, ser já este o entendimento perfilhado nos anteriores mandatos. -----

----- e) Deve salientar-se que, obviamente, nada impede a apresentação, discussão e votação das referidas moções, votos de recomendação e ou votos de louvor mas em sede do período de antes da ordem do dia. Efectivamente, e no que a este concerne, dispõe-se no Artigo 86 da mesma Lei 169/99 de 18 de Setembro que: -----

----- “ *Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.* ” -----

----- Entendendo-se, entendimento este que, em princípio, cabe à Assembleia e não à Mesa sufragar, que as referidas moções, votos de recomendação ou votos de louvor são do interesse da autarquia, nada impede que a sua apreciação e votação sejam feitas no âmbito daquela referida previsão legal, ou seja, o “ *tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.* ” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Ressalve-se que dizemos que esse entendimento cabe, em princípio à própria Assembleia, mas não omitimos o poder / dever da Mesa da Assembleia de rejeitar propostas, moções, reclamações e requerimentos – assim, alínea b), do nº 1, do artigo 5º do Regimento – poder este que Mesa entende só dever exercer em caso de completo despropósito ou ausência de enquadramento legal daquelas iniciativas. -----

----- Que o entendimento acima expresso é o mais correcto, bem resulta do disposto na alínea e) do artigo 26º, do Regimento, quando nele se preceitua, sob a epigrafe de Uso da Palavra pelos Membros da Assembleia que: *“A palavra é concedida aos membros da Assembleia para (...) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o município”*, bem como face ao disposto no nº 1 do artigo 57º do mesmo Regimento quando nele se prevê, nas suas alíneas b) e c), serem direitos dos membros da Assembleia Municipal *“Apresentar propostas, moções e requerimentos “ e “ Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara, veiculados pela mesa da Assembleia.”* -----

----- Ora sendo o período de antes da ordem do dia destinado ao *“tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.”* – assim referido artigo 86 da Lei 169/99 de 18 de Setembro e, no mesmo sentido, o artigo 17º nº 1 do Regimento quando nele se dispõe que *“O período de Antes da Ordem do Dia destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município “* – e estando prevista a concessão da palavra aos membros da Assembleia, entre outras situações, para *“Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o município “* bem se vê ser este – o período de antes da ordem do dia - o momento próprio para a apresentação daquelas referidas moções, votos de recomendação e ou votos de louvor em assuntos de interesse geral da autarquia. -----

----- f) Em harmonia com o exposto, e nos termos dos poderes conferidos à Mesa e ao Presidente da Mesa pelos artigos 46º A, alíneas b), c) e e) do seu nº 1, alínea e), do nº 1 do artigo 54º, ambos da Lei 169/99 de 18 de Setembro e artigos 6º, alínea d), nº 1 do artigo 15º e artigo 59º, estes do Regimento, decide a Mesa da Assembleia Municipal: -----

----- I – Não admitir, com a fundamentação acima exposta, o pedido de inclusão na ordem do dia do voto de recomendação e da moção apresentados pela Sra. Deputada Carla Maria Pires Rodrigues, conforme seu requerimento de 20.06.2010. -----

----- II – Que a presente deliberação seja, sem prejuízo do seu original constar de anexo à acta, expressamente reproduzida nesta. -----

----- III – Habilitar, no início dos trabalhos da Assembleia do próximo dia 26.06.2010, a Exma. Sra. Deputada Carla Maria Pires Rodrigues com cópia desta deliberação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

conforme seu pedido, devendo, se solicitado, e em tempo útil, entregar-se-lhe certidão gratuita da presente deliberação para os efeitos tidos por convenientes.” -----

----- A presente deliberação constitui o anexo 3 à presente acta. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Carla Maria Pires Rodrigues -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Anabela Costa Azenha -----

----- Deputada Maria Inês Pereira Maurício -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Deputado Luís Fernando Henriques Santos -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar início às intervenções dos Senhores Deputados, o Presidente da Assembleia Municipal apresentou e colocou à discussão e votação as propostas de louvor e pesar apresentadas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se às propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda e ao entendimento da Mesa da Assembleia Municipal considerar que estas devem ser apresentadas no período antes da ordem do dia, o que se traduzirá na diminuição dos tempos que cada grupo dispõe para intervir. -----

----- Referiu-se ainda ao debate realizado pelo Bloco de Esquerda sobre a poluição em São João da Ribeira, já que consideram que o que se passa com a poluição causada pelas suiniculturas é, para além de uma agressão ambiental, uma afronta à qualidade de vida das populações daquela e de outras freguesias e também uma das causas de poluição do rio Maior. Informou ter sido já solicitado à Câmara Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

através de requerimento, o ponto de situação deste problema e quais as soluções já pensadas para o mesmo. -----

----- Outra das informações solicitadas à Câmara Municipal pela mesma via, foi acerca do problema da falta de saneamento básico na localidade de Casais Monizes e para quando é que a Câmara Municipal pensa solucionar esta situação. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Apresentou, no que se refere ao Voto de Louvor ao Comité Olímpico de Portugal e ao Voto de Pesar a José Saramago, declarações de voto abaixo transcritas na íntegra. -----

----- Interveio ainda para salientar a gestão pouco dinâmica e inovadora do Executivo Municipal desde a sua tomada de posse, salientando o aparente período de estagnação na intervenção municipal. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da colocação da fotografia do Dr. Victor Damião, que foram de imediato esclarecidos pelo Presidente da Assembleia Municipal.

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Lamentou o teor dos comunicados que têm sido emitidos pela Coligação Juntos pelo Futuro e que têm, muitas das vezes, sido dirigidos como ataques pessoais. Reiterou a sua determinação em continuar a intervir de uma forma construtiva e a expor os pontos de vista em que acredita e que considera válidos para o desenvolvimento do Concelho. -----

----- Solicitou esclarecimento acerca do processo do Simplex Autárquico designadamente sobre o ponto de situação do mesmo. -----

----- Por fim congratulou-se com o desenvolvimento do processo de constituição do Conselho Municipal da Juventude que se encontra agora em discussão pública. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio para dar conhecimento do que de importante se tratou na Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) da Lezíria I – Ribatejo para a qual foi eleito para representar a Assembleia Municipal de Rio Maior, fazendo especial referência ao Plano de Actividades e propostas apresentadas e prestou também informações constantes na documentação entregue na mesma Assembleia sobre o funcionamento dos Serviços da Unidade de Saúde de Rio Maior. -----

----- Chamou ainda à atenção para o mau estado do pavimento na estrada de Alcobertas, onde se deu um abatimento no ano passado, e na deficiente sinalização de alerta existente no local. -----

----- **Deputado Luís Fernando Henriques Santos** -----

----- Dispensou o seu tempo de intervenção. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Informou sobre a realização Assembleia Distrital de Santarém no passado dia 17, na qual esteve presente, e do que de mais relevante se passou, destacando a Colónia Balnear da Nazaré, património daquela assembleia, que foi encerrada no último ano por não cumprir os requisitos necessários, havendo agora a possibilidade de ser efectuada candidatura ao QREN que visa a requalificação do edifício. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e a todos os presentes.

----- Congratulou-se pela assinatura dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia referindo as dificuldades que estas autarquias passam no momento por falta de recursos, tornando a sua acção limitada na solução dos problemas existentes e que afectam a suas populações. Neste âmbito pediu à Presidente da Câmara que seja providenciado, o mais célere possível, o pagamento dos 17.000 euros em falta do ano transacto. -----

----- Chamou mais uma vez à atenção para o problema da Estrada Nacional 1 onde se continua a verificar a ocorrência de acidentes, para o qual solicitou uma intervenção rápida, eficaz, rigorosa e preventiva. -----

----- Solicitou informações acerca do ponto de situação dos 100.000 euros previstos para alcatroamentos nas freguesias, já que os pavimentos continuam degradados, muitos deles devido a intervenções e que nunca foram repostos. Relativamente à prevenção dos fogos florestais questionou a Autarquia sobre as medidas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

implementar para evitar este flagelo, e alertou que se deve tomar em consideração a existência de ZIF's no Concelho e que estas não estão a demonstrar os devidos resultados. -----

----- Alertou para o grave problema de prática de prostituição na entrada da Freguesia de Asseiceira, pelo mau exemplo e por ser um atentado à saúde pública, que deve ser resolvido em conjunto pela Junta de Freguesa, a Câmara Municipal, o Governo Civil e outras entidades que eventualmente poderão contribuir para o efeito. Ficou também o apelo para a intervenção da Assembleia Municipal no sentido de se conseguir encontrar uma resolução para este problema. -----

----- Outra das informações solicitadas foi para quando se prevê a tomada de posse pelos membros da Comissão da Revisão do Plano Director Municipal. -----

----- No que se refere ao Voto de Pesar a José Saramago salientou que houve o cuidado de não se fazer alusões a preferências partidárias e aspectos pessoais, destacando, isso sim, o legado que nos é deixado pelo cidadão e escritor. -----

----- Ainda quanto ao voto de louvor apresentado demonstrou a sua discordância, referindo também que de forma a evitar estas situações estes deveriam ser entregues com alguma antecedência para que deles fosse dado conhecimento, e justificou esse desacordo pelo facto ser conjunto (Atletas e Associação Desportiva e Recreativa da Azambujeira) e pelo facto de o texto ser desanimador e não enaltecendor dos feitos conseguidos. -----

----- Quanto ao voto de louvor para o Comité Olímpico de Portugal indicou o sentido de voto como favorável e considerou que a moção apresentada é desprovida de efeitos práticos, já que problemas como desemprego devem ser enfrentados pela acção objectiva e pela manifestação activa de tomada de posições. -----

----- Considerou ainda aceitável a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

----- Para finalizar, deixou ainda a sugestão de que os dados fornecidos pelos deputados no âmbito das suas participações nos diferentes órgãos sejam dados por escrito por considerá-los informação importante e a reter. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e a todos os presentes.

----- Informou que no passado dia 18 foi realizada uma reunião convocada pela Santa Casa da Misericórdia sobre as creches da Chainça e de Malaqueijo, sobre a gestão que a Câmara Municipal delegou nesta IPSS. A transferência desta gestão foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

unanimemente considerada como favorável pelos presentes na dita reunião, já que se reconhece àquela entidade competência e meios efectivos para o efeito. -----

----- No entanto salientou existir agora uma complicação no que diz respeito aos acordos a celebrar com a Segurança Social pelo facto de ter sido alterada a candidatura do Programa Pares para o Programa QREN pelo anterior Executivo Camarário. E justificou que embora possa ter parecido um acto de boa gestão, por aumentar o financiamento para execução, afigura-se agora como um erro, já que no primeiro se previa o acompanhamento a todo o tempo pela Segurança Social assegurando a celebração dos acordos entre as entidades de imediato, o segundo não possibilita essa situação, cabendo agora à Câmara Municipal a negociação para a celebração dos ditos acordos com essa entidade, acordos esses que atribuem mensalmente o valor de 230 euros por criança e que não existindo obriga a que sejam os Riomaioreses a suportar na íntegra os custos de utilização destes equipamentos. -

----- Questionou, por isso, se um equipamento construído com dinheiros públicos deverá praticar os mesmos preços que os privados, alheando-se desta forma da componente social que deve permanecer. Considerou que a alteração de candidatura não teve em consideração os custos sociais que daí poderiam advir. -----

----- Solicitou o ponto de situação quanto a este assunto e qual a estratégia que será seguida pelo Município. -----

----- Referindo-se ao tema da Loja do Cidadão, que considera de inquestionável importância, transmitiu o conhecimento da realização de diversas reuniões entre a presidente, todos os vereadores e os proprietários dos imóveis, acerca de todos os aspectos dos procedimentos para o desenvolvimento do projecto, nas quais se chegou a acordo que as melhores condições tinham sido conseguidas. No entanto, aquando da reunião de Executivo Municipal para aprovação, foi com espanto que verificou o sentido de voto desfavorável dos vereadores do Partido Socialista (em substituição na reunião em causa), já que nas reuniões que antecederam, os vereadores presentes assumiram uma posição favorável a este projecto. -----

----- Louvou a liberdade de tomada de posição que os vereadores da oposição nas votações, mas considera que se torna difícil o diálogo e o encontro de posições e que reveste uma importância primordial para o bom rumo dos projectos em curso. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Relativamente aos comunicados que têm sido emitidos acerca da sua pessoa, e não, só agradeceu as palavras de solidariedade da Deputada Maria Inês Pereira Maurício na sua intervenção e desculpou-se perante o Presidente da Assembleia Municipal se de alguma forma, ou em algum momento, o desrespeitou conforme transmitiu um desses comunicados. -----

----- Referindo-se ao Voto de Pesar a José Saramago afirmou que independentemente de se gostar ou não da sua forma de escrita este merece todo o respeito e que se guarde na memória a sua obra. Indicou o sentido de voto favorável e por aclamação a este Voto. -----

----- Em face do texto do Voto de Louvor ao Comité Olímpico de Portugal, e em nome do anterior Executivo Municipal e da própria Assembleia Municipal, penitenciou-se por não ter existido a destreza a aprovar um voto de louvor logo nessa altura. No entanto considerou que o engrandecimento do Concelho e da Instituição não se fará através deste voto, mas sim através de um que enalteça o Concelho de Rio Maior e o Comité Olímpico de Portugal. -----

----- No que diz respeito ao Voto de Louvor às atletas referiu que existiu um erro de falta inadmissível, embora no momento já rectificado, que deveria ter sido evitado. Este voto de louvor deve servir para enaltecer os feitos das atletas e de um clube de Rio Maior e não apenas alguns deles. -----

----- Afirmou ainda que o Partido Socialista continuará a transmitir as suas opiniões, concordando ou não com as políticas e projectos apresentados. -----

----- Referindo-se à intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior, considera que a herança do anterior Executivo Municipal, embora considerada na intervenção como pesada, é também a existência de equipamentos e que a questão da celebração de acordos a Segurança Social só depende da concertação entre o Executivo Municipal e aquela entidade. -----

----- Para terminar, e em relação ao assunto do imóvel para a Loja do Cidadão, esclareceu que aquilo que estava em causa na votação referida não foi a Loja do Cidadão ou a sua localização. O que estava em causa era o facto de após duas avaliações efectuadas, uma externa no valor aproximado de 162.000 euros e uma pela Câmara Municipal no valor de 170.000 euros, e após negociações com os proprietários que variaram entre o 225.000 euros até aos 190.000 euros, foi a aprovação de um valor acima das avaliações efectuadas, perdendo assim a possibilidade de garantir a objectividade do negócio. Referiu ainda que perante as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

dificuldades financeiras, a Câmara Municipal não deveria gastar um valor 20% acima da avaliação efectuada, e que representam 40.000 euros a mais e 1/5 de 250.000 euros, tendo, por isso, os vereadores do PS presentes votado contra apresentando a devida declaração de voto. Considerou que a Câmara Municipal não pode ser um agente de especulação imobiliária e comprar acima do valor de mercado, correndo o risco de potenciar a impossibilidade de compra por parte dos particulares e a consequente desertificação dos centros das cidades. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Quanto ao voto de pesar apresentado reconheceu que é de grande importância por se tratar de um escritor que teve grande influência na divulgação da língua portuguesa no mundo, indicando a associação da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro a este voto votando favoravelmente. -----

----- Referiu ainda que o voto de louvor apresentado pela Coligação Juntos pelo Futuro ao Comité Olímpico de Portugal teve como principal intenção a associação ao voto de louvor apresentado pela Câmara Municipal e que consta da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal e ainda que, se for entendimento de todos os grupos parlamentares e independentes com assento neste órgão, o mesmo passará a ser considerado um voto da Assembleia Municipal e não apenas da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro. -----

----- Sugeriu um pequeno interregno para que fossem discutidas as propostas apresentadas de forma a se chegar a um consenso entre todos. -----

----- No entanto, e em relação à recomendação do Bloco de Esquerda no que se refere à alteração de horário das reuniões da Câmara Municipal para pós-laboral, considerou a mesma de difícil execução já que para tal teria que movidos meios para o efeito que iriam trazer um acréscimo de despesa para o efeito, designadamente em horas extraordinárias para os serviços que tivessem que estar presentes. -----

----- Solicitou ainda informação acerca do facto de receber a newsletter do Deputado da Assembleia da República João Sequeira através do e-mail da Assembleia Municipal e se existe autorização para que tal fosse divulgado através dos meios da Autarquia, já que considera que a divulgação deveria ser efectuada pelos meios que o próprio dispõe. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Concordou que fosse feito um interregno para a discussão das propostas, tal como foi solicitado, dando antes a palavra a Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que entenda serem necessários. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Deu a palavra ao Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta e ao Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos necessários no âmbito dos seus pelouros.

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que no que diz respeito ao Simplex Autárquico não existem ainda desenvolvimentos e que os protocolos ainda não foram assinados, sendo intenção da Câmara Municipal fazer diligências para se inteirar do ponto da situação em concreto e assim sendo, logo que possível será enviada por escrito a informação solicitada à Deputada Municipal Maria Inês Pereira Maurício. -----

----- Referindo-se ao assunto da Loja do Cidadão e à aquisição do imóvel para o efeito lembrou que o actual Executivo Municipal foi pioneiro no tipo de negociação que envolvesse o partido da oposição, permitindo uma maior transparência e um envolvimento no processo. Ainda o facto deste imóvel ser adquirido acima do valor da avaliação considerou que as mais vantagens da localização da Loja do Cidadão naquele local são superiores às desvantagens, já que aquele serviço público irá alavancar o desenvolvimento e dinamização daquela zona agora desvitalizada. Para além disso, não será a primeira vez que tal acontecerá, já que com anteriores Executivos Municipais ocorreram situações similares, em que o valor de aquisição era superior ao valor de avaliação. Considerou que a despesa que irá ser realizada se justifica com o benefício que irá ser originado pela localização do serviço, desenvolvendo o comércio e trazendo uma nova dinâmica àquela zona da cidade. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Prestou esclarecimento à Deputada do Bloco de Esquerda acerca da não existência de rede de saneamento em Casais Monizes, referindo que foi uma opção feita pela população aquando da execução das redes, já que só poderia ser executada a rede de água ou a rede de saneamento e a população optou pela rede de água em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

detrimento da rede de saneamento. Adiantou ainda que se encontra em negociação a criação de uma empresa que integrará os municípios do oeste e que ficará responsável pela rede em baixa de água e também de saneamento, que se espera vir a colmatar as necessidades que ainda se verificam no Concelho. -----

----- Quanto à situação da estrada de Alcobertas informou que a obra de beneficiação se encontra já adjudicada que se espera que muito em breve esteja resolvida esta situação. -----

----- No que se refere às massas asfálticas para as freguesias para resolução das situações ainda pendentes verifica-se algum atraso originado pela falta de equipamento e de pessoal. Informou que a Câmara Municipal já estabeleceu uma parceria com “O Ninho” que vai permitir a integração de 10 trabalhadores na Câmara Municipal através de um protocolo, dos quais seis serão adstritos ao Sector de Obras e 4 às escolas. Assim, considerou que a curto prazo poderá ser desenvolvido o trabalho que será antecedido por uma reunião para definição de prioridades e áreas de intervenção. -----

----- Quanto à situação dos fogos florestais informou que o trabalho a executar pela Câmara Municipal está executado, encontra-se elaborado e aprovado o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Referiu ainda que o não funcionamento das ZIF's não tem explicação aparente, já que existem exemplos de bom funcionamento em outros locais e tal não acontece naquelas onde estamos integrados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Deu início aos esclarecimentos solicitados, relevando a importância das informações prestadas pelo Deputado Vítor António Duarte e informando que embora não sejam matérias da competência da Autarquia, a Câmara Municipal está em estreita comunicação com os responsáveis pela Unidade de Saúde de Rio Maior e sempre disponível para colaboração no que for necessário e de forma a existir um conhecimento efectivo do que acontece neste âmbito. -----

----- Referindo-se à Assembleia Distrital de Santarém e mais concretamente à Colónia Balnear da Nazaré confirmou a execução da candidatura para a recuperação do edifício que existe já desde 2006, mas que pelo facto de não ser possível realizar as assembleias por falta quórum nunca teve seguimento. Será agora entregue e aguarda-se a sua aprovação, já que a própria Assembleia Distrital dispõe dos valores para prover o remanescente a ser suportado por esta para a execução da obra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Quanto à situação da gestão das creches de Chainça e Malaqueijo, inicialmente contava-se com a participação da Associação de Moradores da Chainça e da Associação Malaqueijo Solidário (ambas IPSS), o que posteriormente não se veio a confirmar, conforme indicação de ambas as associações. Informou ainda que a Santa Casa da Misericórdia demonstrou a sua disponibilidade para o fazer e que perante a anuência das partes aquela IPSS começou a fazer diligências para que fosse tudo devidamente formalizado, e foi na sequência destas diligências que se deparou com o facto de devido à alteração da candidatura do Programa Pares para o QREN a Segurança Social deixou de acompanhar o projecto e que para existirem os acordos de cooperação teria agora que haver uma candidatura pela Santa Casa da Misericórdia como se de um particular se tratasse. -----

----- Referindo-se aos comunicados esclareceu que nada foi emitido pela Câmara Municipal ou pela Coligação Juntos pelo Futuro e que pelo contrário foi o partido Socialista quem deu uma conferência de Imprensa para fazer um balanço do 1/8 do mandato da coligação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Interrompeu a sessão durante 15 minutos conforme solicitado para discussão das propostas apresentadas. -----

----- Dando início à sessão, o Presidente da Assembleia Municipal prestou alguns esclarecimentos que tinham sido solicitados. -----

----- Quanto à questão da utilização do e-mail da Assembleia Municipal para a divulgação da newsletter do Deputado João Sequeira, considerou não existir qualquer inconveniente na utilização do mesmo para a divulgação de qualquer informação institucional e relevante por parte dos senhores deputados. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado António Manuel da Silva Moreira esclareceu que nunca se sentiu desconsiderado por este nem por qualquer outro deputado, assim como julga nunca ter faltado ao respeito a nenhum deles. Disse ainda que a verificar-se tal situação seria esclarecido de imediato e frontalmente e não por um qualquer comunicado. -----

----- Prestados os esclarecimentos comunicou que a informação dada em relação aos votos de louvor e propostas apresentadas foi a seguinte: que os votos de louvor apresentados pela Coligação Juntos pelo Futuro seriam objecto de uma redacção conjunta por parte dos líderes dos grupos parlamentares a apresentar até à próxima sexta-feira e votados nesta sessão por unanimidade na generalidade; que o voto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

pesar apresentado pela bancada da CDU deixará de ser um voto da bancada para passar a seu um voto da Assembleia Municipal, votado já com o texto final por unanimidade; a proposta de moção relativa ao desemprego apresentada pelo Bloco de Esquerda irá ser votada sem alterações, assim como a proposta de recomendação do mesmo partido. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Referiu que em relação à moção apresentada deverá ser incluído no final do texto também uma menção para o envio às Centrais Sindicais. -----

----- Relativamente à proposta de recomendação de alteração do horário das sessões da Câmara Municipal, esclareceu esta deve ser retirada e remetida para a próxima sessão da Assembleia Municipal, solicitando desde já à Câmara Municipal uma estimativa dos custos que advém desta alteração, no prazo de 30 dias. -----

----- O Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas. -----

----- **Proposta de Moção do Bloco de Esquerda** -----

----- Colocada a votação, foi **rejeitada a proposta** por 19 votos contra, 12 abstenções e 2 votos a favor. -----

----- Declaração de Voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto, apesar de ter votado a favor desta proposta, face à ofensiva em curso contra todos os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português, exige não só o envio destas moções mas a continuação e a intensificação do esclarecimento e da mobilização de todos os trabalhadores para a luta, para o protesto contra as políticas que o Governo do PS vem adoptando com o apoio do PSD e dos grandes patrões.” -----

----- Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A Coligação Juntos pelo Futuro votou contra a moção do Bloco de Esquerda referente ao desemprego, por não ter sido possível encontrar um texto consensual. Assim e porque entendemos que este é um tema premente, um tema preocupante para os Riomaiores e também a nível nacional, a Coligação Juntos pelo Futuro compromete-se a na próxima Assembleia Municipal apresentar uma moção a ser votada na mesma sobre o mesmo tema onde trará dados quer da evolução do desemprego em Rio Maior nos últimos anos, ou mais propriamente dos dois últimos anos, quer outros factores que entenda por conveniente ao esclarecimento da moção.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Voto de Pesar a José Saramago** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Pediu a palavra apenas para sugerir que sendo um voto da Assembleia Municipal e sendo aprovado por unanimidade, seja igualmente feito um minuto de silêncio após a votação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Considerou que deveria então ser feito um minuto de silêncio e que tal deveria ser incorporado no final do texto do voto de pesar. -----

----- Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

----- Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo que se transcreve na íntegra: -----

----- “Subscrevo o louvor ao escritor José Saramago, figura complexa e de alma inquieta que recolheu na sua obra e escrita alguns dramas da sociedade portuguesa. Não partilhando de todo o teor do presente louvor, curvo-me respeitosamente ao escritor e pensador.” -----

----- (Minuto de silêncio) -----

----- **Voto de Louvor às Atletas Vera Santos, Inês Henriques, Ana Cabecinha e Susana Feitor, Voto de Louvor à Associação Desportiva e Recreativa da Azambujeira e Voto de Louvor ao Comité Olímpico Português propostos pela Coligação Juntos pelo Futuro** -----

----- Colocados a votação na generalidade, foram **aprovados por maioria** com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Subscrevendo o louvor ao Comité Olímpico de Portugal e seu Presidente Comandante Vicente Moura, não deixo porém de considerá-lo extemporâneo por precoce embora sempre a fazer-se dada a sempre plenitude de serviço prestado pelo Comité em abono de Portugal e dos atletas portugueses, ainda que Rio Maior seja um Centro de Preparação. A cerimónia digna da celebração do protocolo, o reconhecimento da parceria com a Câmara Municipal seria bastantes por ora.” -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Actividade Municipal (anexo 4)** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Voto de Louvor da Câmara Municipal de Rio Maior ao Comité Olímpico de Portugal e ao seu Presidente, Senhor Comandante José Vicente Moura – Protocolo assinado com a Desmor, EEM – Centro de preparação no âmbito do projecto olímpico.** -----

----- **CIMLT – Prestação de Contas 2009.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da reunião sob o tema da Loja da Cidadão e a sigla 2G e fez um apontamento acerca da necessidade de serem mencionados os nomes completos dos proprietários dos imóveis incluídos no projecto para memória futuro e por respeito aos mesmos. -----

----- Solicitou igualmente informação acerca da reunião efectuada com a empresa Augusto Mateus e Associados e também sobre a reunião realizada com a Junta de Freguesia da Asseiceira e a Associação da Ribeira de Santo André. -----

----- Pede ainda informações sobre a reunião acerca da Requalificação da Zona Ribeirinha. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pede esclarecimentos acerca da aprovação de prestação de contas 2009 da CIMLT. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Propôs que para além de serem enunciada a actividade municipal, fosse também incluído um pequeno resumo que possa elucidar sobre os temas em discussão, evitando assim os muitos pedidos de esclarecimento agora solicitados. -----

----- Solicitou então esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: ponto de situação do sistema de avaliação dos trabalhadores – SIADAP; reunião com a Estradas de Portugal e os temas tratados; reuniões com a Colina do Sal sobre o projecto Marinhas Parque Hotel; projectos sobre a requalificação urbana e a Sociedade de reabilitação urbana; reunião com a Sonae e ponto de situação; reunião com a Caixa Geral de Depósitos. -----

----- Fez ainda menção a dois processos a decorrer em tribunal com a Tecnovia em que foi apresentada a contestação e se aguarda decisão. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por esclarecer que a sigla 2G se refere às lojas do cidadão de segunda geração e que concorda inteiramente que devem ser colocados os nomes completos dos proprietários, considerando este um lapso involuntário que futuramente deve ser corrigido. -----

----- Informou que quanto às reuniões efectuadas com os diferentes promotores enunciados foram reuniões de trabalho no âmbito dos diferentes projecto a decorrer, designadamente com a firma Augusto Mateus e Associados o assunto tratado foi a reprogramação financeira para a execução do plano de regeneração urbana e com Junta de Freguesia de Asseiceira e a Associação da Ribeira de Santo André o assunto tratado foi a preocupação demonstrada acerca da doação de terreno em 2008 e as propostas para o local. -----

----- Acerca da aprovação da Prestação de contas 2009 da CIMLT esclareceu que o mesmo veio à Assembleia Municipal apenas para conhecimento e não para deliberação, até porque este foi enviado directamente à Assembleia Municipal e não à Câmara Municipal. -----

----- Referiu ainda que a reunião com a Caixa Geral de Depósitos foi no âmbito da avaliação financeira do Município, da situação do empreendimento Golden Eagle do qual a CGD é agora co-proprietária e ainda a situação do imóvel do Ginásio Boa Forma do qual a CGD é um dos credores. -----

----- Deu a palavra ao Vice-Presidente para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- No que se refere ao SIADAP deu conhecimento do ponto de situação das avaliações de 2009 e quanto ao ano de 2010 encontram-se a decorrer as reuniões de trabalho necessárias relativamente ao SIADAP 1, 2 e 3 e à definição de objectivos. ----

----- Quanto à reunião com a Estradas de Portugal informou que foi dado conhecimento que vai ser reestruturado o IC2, da Asseiceira até à Batalha, e também que o projecto da Estrada 114 ao nó da A15 está atrasado. Outras das situações abordadas foi o estado de algumas estradas e pontes e a execução de projectos da responsabilidade daquela entidade e que se encontram também com grande atraso. --

----- No que se refere à reunião com a Colina do Sal deu conhecimento do ponto da situação após a reunião efectuada com a CCDRLVT no local e que o problema de maior expressão será o acesso. -----

----- Sobre os processos em contencioso com a Tecnovia aguarda-se a resolução que se prevê demorada já que actual quadro legal não prevê o pagamento de trabalhos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

mais nas empreitadas. -----

----- Prestou ainda esclarecimentos acerca da Sociedade de Reabilitação Urbana, informando que existem algumas indefinições por parte dos Municípios que terão que ser resolvidas antes de integrar este projecto. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2010.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Questionou acerca de que forma a redução nas despesas de capital relativas às instalações desportivas se reflecte no concurso de empreitada e em que ponto da situação se encontra o concurso de empreitada das obras do Centro de Alto Rendimento e da ampliação do Centro de Estágios. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Questionou acerca dos seguintes assuntos: quais os critérios utilizados na contratação de empresa para a execução da Revisão do PDM e o ponto da situação dessa mesma contratação; qual a zona de intervenção do projecto de requalificação da Zona Ribeirinha e porque é que só neste momento é que aparece este projecto e em que consiste, se prevê a despoluição do rio e se este já existe efectivamente; se o aumento de despesa com os transportes escolares se vai traduzir em melhorias para as crianças utentes e se é possível ter acesso aos contratos com a empresa de transporte para dar a conhecer à população. -----

----- **Deputado Leandro Manuel Alves Jorge** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu que a aprovação desta revisão é essencial pelos projectos e acções descritos na documentação, pelo que indicou o sentido de voto favorável da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Questionou onde se irá reflectir o corte de verbas para o Município de Rio Maior previsto no PEC que se prevê que seja na ordem dos 250.000 euros e questionou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ainda acerca de questões concretas designadamente na diminuição dos impostos directos e indirectos. -----

Solicitou ainda esclarecimento acerca do orçamento previsto para transportes e o seu aumento. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Dando início aos esclarecimentos solicitados, informou que a empreitada do Centro de Alto Rendimento está em fase de finalização de projecto para candidatura, daí também ser necessária a respectiva regularização de inscrição em orçamento. ----

----- Quanto à revisão do orçamento por força do PEC tal não pode ainda ser executado já que este documento só se encontra aprovado na generalidade. -----

----- No que se refere à questão dos transportes deu a palavra aos serviços para prestar os necessários esclarecimentos, designadamente à Técnica Superior da Divisão de Gestão Financeira e ao Director de Departamento de Administração Geral.

----- **Divisão de Gestão Financeira, Técnica Superior** -----

----- Esclareceu que a verba inicialmente prevista para transportes se revelou como insuficiente sendo necessário proceder ao seu reforço na rubrica das actividades mais relevantes e que em relação à diminuição de impostos se trata da consequência dos reembolsos às Finanças de impostos já cobrados anteriormente, sendo que o valor por ter sido inferior permitiu que fosse retirado desta rubrica e reforçado na rubrica dos transportes. Esta diminuição não tem a ver com a diminuição da receita mas sim com a diminuição de reembolsos que das Finanças aos contribuintes. -----

----- **Director de Departamento de Administração Geral** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que quanto à diminuição de receita no que respeita a imposto de selo tal se justifica pelo facto de ter havido uma alteração à tabela do imposto de selo que faz com que todos os contratos a que normalmente de aplicaria o imposto de selo deixe de o ser, provocando esta diminuição evidente de receita neste âmbito. -----

----- Ainda em relação aos transportes escolares esclareceu que a razão pela qual aparece efectivamente esta alteração, para além do deferimento de encargos, tem a ver com uma política diferente de tentar, de uma vez por todas que os valores sejam indexados aos anos escolares, evitando os atrasos na adjudicação no início do ano escolar. Quanto à contratação referiu ainda que se trata apenas de uma autorização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

da despesa já que a Rodoviária Tejo tem a exclusividade deste serviço, dispensando desta forma os procedimentos concursais. -----

----- A Presidente da Câmara deu a palavra ao Vice-Presidente para os esclarecimentos referentes à Requalificação da Zona Ribeirinha. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o projecto abrange a requalificação do rio Maior desde a moagem até à rotunda do Rio da Ponte, tendo já havido várias reuniões com os proprietários para dar início ao mesmo. Informou que se encontra em estudo a execução um Plano de Pormenor para a zona prevendo também os acessos há muito previstos para aquele local e que só agora teve início porque a hipótese de candidatura para o efeito foi somente conhecida em Maio. -----

----- Colocada a votação, foi **aprovada a proposta por maioria** com duas abstenções. -----

----- **Ponto II** – Relatório de Contas Consolidadas do ano de 2009; -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Salientou que o documento contém alguns pontos de relevância política que devem ser destacados, tal como a indicação do endividamento de médio e longo prazo consolidado no valor de 20 320 712,83 euros e que o endividamento de curto prazo consolidado é de 5 941 362, 71 euros, solicitando indicação em quanto é que estes valores se traduzem em despesa diária. -----

----- Outro ponto que questionou foi a ausência de informação acerca do valor aplicado na Depomor, do qual não é fornecido qualquer relatório, e como é que pode ser obtida. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para salientar que neste momento pode considera-se existir um fecho sobre a actividade do anterior executivo assim como a responsabilidade saldada para com os municípios de Rio Maior. Congratulou-se pelo facto do Revisor Oficial de Contas considerar haver condições para a consolidação de contas e que não consegue ainda perceber a necessidade da contratação de auditoria. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vice-Presidente para os esclarecimentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que no que respeita aos dados solicitados acerca da participação na Depomor não dispõe no momento da informação. -----

----- Esclareceu que sobre o valor do endividamento apresentado decorre da consolidação de contas e que o actual executivo tem o dever de assumir. Informou ainda que entre o ano de 2008 e 2009 o aumento desta dívida rondou os seis milhões de euros e referiu também o valor de quase três milhões de euros em facturas que deram entrada nos serviços desde o início do ano referentes a obras executadas. -----

----- Referindo-se à auditoria solicitada nada tem a ver com as contas agora consolidadas e considerou que são salutaras e muitas vezes efectuadas por prevenção e não para pôr em causa o trabalho anteriormente feito. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio só para salientar que, apesar da relevância da informação de que existem cerca de três milhões de facturas para pagar, é também importante salientar, por uma questão de transparência e justiça, que até Novembro de 2009 estava pago tudo aquilo que era possível pagar excepto as garantias que era necessário salvaguardar em relação à Câmara. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a facturação a que se referia nada tem a ver com as garantias mas sim com obras feitas e que começaram a ser facturadas. -----

----- Informou ainda que os encargos diários da Câmara Municipal são de cerca de 7 500,00 euros. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Para terminar informou que o encargo diário da Câmara Municipal em juros e capital é efectivamente de 7 500,00 euros e que considera que embora as contas financeiramente, contabilisticamente, administrativamente estejam consolidadas, no entanto o actual Executivo Municipal e os que ainda vierem terão que dar continuidade às responsabilidades assumidas em toda a escala. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Como apontamento referiu que os valores indicados devem ser completados sempre de uma forma global, apresentando o valor das despesas e das receitas para se conseguir fazer um termo de comparação. Salientou também que seria importante saber qual a percentagem da dívida. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

-----Informou que logo que seja entregue o relatório da auditoria haverá condições efectivas de ser transmitido à Assembleia Municipal os valores concretos apurados. Só a título de apontamento referiu ainda que a dívida a pagar se prolonga até 2024. -----

----- Colocado a votação, foi **aprovado por maioria com duas abstenções**. -----

----- **Ponto III – Revisão da Carta Educativa;** -----

----- A Presidente da Câmara fez uma breve introdução e cedeu a palavra aos representantes da empresa responsável pela elaboração dos documentos disponibilizados para apresentação da proposta. -----

----- **(A CEDRU procedeu neste momento à apresentação da proposta de Revisão da Carta Educativa)** -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou um esclarecimento técnico acerca das duas aproximações ou dois resultados falados na apresentação, uma tendencial ou alternativa e porque é que só foi feita para o Eixo Rio Maior/Alcobertas e quais foram os constrangimentos utilizados no modelo para a obtenção dos resultado e porque é que não foi feito para outros lados. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Iniciou por fazer uma correcção à apresentação da Presidente da Câmara quando diz que irão passar 96 alunos para a escola de São João da Ribeira pois considerou que na verdade só será possível se não existirem crianças com necessidades educativas especiais. -----

----- Considerou que em relação aos Centros Educativos não existe ainda o mais importante que é a localização exacta onde serão construídos. -----

----- Ainda na hipótese da Carta Educativa ser aprovada e os Centros Escolares construídos, solicitou informação acerca do impacto do fecho das restantes escolas nos locais onde encerram, numa perspectiva sociológica do ordenamento do território e do impacto económico nas suas múltiplas dimensões. -----

----- Questionou ainda se as populações vão ser consultadas aquando da decisão de construir num dado local em detrimento de outros e quais os critérios é que serão utilizados para a escolha dos locais. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por revelar que é a favor da construção dos Centros Educativos por considerar que as crianças devem ter as melhores condições possíveis, mas que não pode concordar com esta Carta Educativa. -----

----- Considera que a proposta de construção de um único centro escolar no eixo sul com dimensões demasiado grandes é preocupante, assim como transporte das crianças até aos 5 anos e como é que será feita. Como proposta alternativa transmitiu a sua opinião que seria a construção não de um, mas sim de dois centros escolares naquele eixo que traria uma melhor qualidade de ensino e condições para o fazer. Salientou que as razões de ordem financeira não se devem sobrepor à melhoria de condições e em particular aos interesses das crianças. -----

----- Alertou ainda para a possibilidade de os pais quererem deslocar os filhos para os locais onde trabalham e não deixá-los onde residem. -----

----- Agradeceu ainda à Presidente da Câmara e à Vereadora do pelouro da educação o trabalho efectuado junto da DREL no sentido do não encerrar a escola de Arrouquelas que teve 16 alunos em 2009, mas que para 2010 existem já 21 matrículas. -----

----- Questionou ainda o representante da empresa que elaborou a carta acerca dos seguintes dúvidas: se foram visitadas as freguesias aquando da recolha e elaboração do diagnóstico ou se apenas se baseou nas estatísticas fornecidas por entidades; se já esteve em algum centro escolar com a dimensão daquele que é agora proposto para o eixo sul do Concelho. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção concordando que a construção de centros escolares é sempre uma mais valia importante e com a qual se pretende dotar o ensino de melhores condições. No entanto, lamenta que, para a execução desta carta educativa, não tenham sido ouvidos os Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Outra das preocupações que salientou foi a dimensão do centro escolar eixo sul que terá um grande número de crianças e, após análise do documento, verificou que ao contrário das salas de aula de ensino básico e pré-escolar, para as salas para actividades extracurriculares e de prolongamento não se define um número. -----

----- Referiu também que não é indicada nenhuma área para espaço coberto, correndo assim o risco de se verificar a mesma situação que nos outros centros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

escolares, na generalidade, onde se nota uma falta de espaços de lazer para as crianças. -----

----- Corroborou ainda a ideia da construção de dois centros escolares em vez de apenas um com esta dimensão. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Iniciou por considerar que a Assembleia Municipal deveria reforçar a tomada de posição da Câmara Municipal em solicitar o não encerramento de algumas das escolas do Concelho. -----

----- Salientou que na actualidade a educação é cada vez mais tida como um negócio o que traz muitas reservas quanto à funcionalidade destes grandes centros, como por exemplo a questão de como serão efectuados os transportes de crianças de três anos, a colocação de professores como vai ser e ainda o facto de nove das freguesias do Concelhos irem ficar sem jardins de infância. -----

----- Apontou ainda que os erros encontrados na carta inicial e comunicados, continuam a persistir nesta revisão e que em aditamentos posteriores estava prevista a construção de um centro escolar na Freguesia de Asseiceira pela sua dimensão e crescimento. Assumiu a posição de que se tal acontecesse existe um terreno que poderá ser doado à Câmara Municipal para o efeito. -----

----- Indicou ainda que o sentido do seu voto será contra esta proposta. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou se existe algum estudo/diagnóstico feito para a identificação da melhor localização para os centros escolares e se os Presidentes de Junta de Freguesia dessa área serão consultados e ouvidos. -----

----- **Deputado Carlos Alberto Lucas Ribeiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção por dizer que a Carta Educativa apresentada não seria aquela que o PS apresentaria pela razão de considerarem esta revisão como extemporânea e necessitada de alguma negociação com os concelhos limítrofes para de algum modo existirem sinergias de deslocação de alunos de uns concelhos para os outros e que poderá vir a originar a passagem de alguns alunos do limite concelho para concelhos vizinhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referiu ainda que se estranha não se verificarem no estudo os fluxos de alunos e respectivas linhas de transporte, assim como as escolhas de acolhimento referidas. ---

----- Questionou ainda em relação à forma e condições do transporte das crianças que considera de grande importância e também em relação ao facto de no estudo estar patente uma diminuição de cerca de 7% do número de alunos e estar ao mesmo tempo a prever a construção de um centro escolar com folga. -----

----- Outro dos assuntos salientados foi o facto de os pais que trabalham em Rio Maior preferirem trazer as crianças para os centros escolares já existentes em vez de se deslocarem para os deixar em São João da Ribeira, provocando uma sobrelotação dos Centros escolares de Rio Maior, que na sua óptica, esses sim, terão que crescer. -

----- Concluiu dizendo que, embora o documento não seja aquele que o PS apresentaria, e porque não é intenção bloquear o desenvolvimento do Concelho e ainda porque apoiam a política do Governo em relação à criação de centros educativos, o sentido de voto da bancada do PS será a abstenção. No entanto, referiu que se pretende que fique salvaguardada que se compreende que os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PS queiram defender as suas populações e estarão ao seu lado independentemente da posição que estes vierem a tomar nesta votação. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro da Cortiçada** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação referindo que a sua abstenção na votação nesse mesmo conselho relativamente ao assunto em discussão deveu-se às diferentes realidades projectadas para as Juntas de Freguesia, porque se, por um lado existem três Freguesias que verão instalados equipamentos de grande importância que contribuirão para o seu desenvolvimento, por outro lado outras nove Freguesias verão encerrados todos os estabelecimentos de ensino com a consequência da deslocalização das suas crianças e jovens. Assim, considerou que a abstenção era o mais correcto na votação do parecer desse mesmo conselho. -----

----- Continuou a sua intervenção agora como Presidente de Junta de Freguesia e sobre o documento em discussão referiu que o documento refere que o tipo de equipamento a instalar é visto numa óptica de melhoria da qualidade de vida e equidade das populações, no entanto com o encerramento de todos os estabelecimentos nas freguesias e a consequente deslocalização da população,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

considera que este fica desprovido do seu significado. -----

----- Referiu ainda que, da análise feita das freguesias rurais no documento, se verifica que na Freguesia do Outeiro da Cortiçada existe um crescimento em todas as valências dos estabelecimentos escolares e seguidamente, no mesmo documento, é proposto o encerramento dos quatro equipamentos existentes, salientando ainda que deveria constar do documento o modelo de transportes escolares previsto considerando o modelo proposto. -----

----- Considerou que esta proposta contribui para a desertificação das freguesias rurais e leva à consequente perda da qualidade de vida das suas populações e é socialmente desastrosa. -----

----- Questionou também se não seria mais rentável financeiramente manter os estabelecimentos existentes com as devidas requalificações já que, segundo as estimativas feitas, se prevê um gasto que ronda os cinco milhões para os três centros escolares previstos na Carta Educativa. -----

----- Para finalizar afirmou que a Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada votará sempre contra o encerramento dos estabelecimentos escolares da mesma porque se acredita que estes são fundamentais para o seu desenvolvimento social e económico, não havendo projecto de construção alternativo. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Considerou que se trata de um novo panorama com a alteração do papel da família na educação da criança. -----

----- Referiu que esta revisão surge porque se é impelido a fazê-la e a proposta em apreço representa a resposta a uma determinação superior, aproveitando os fundos comunitários existentes para o efeito, muito embora futuramente irá representar uma factura a pagar. Contudo referiu ainda que devemos atentar o futuro das crianças e o seu bem-estar. -----

----- Afirmou que a localização dos centros escolares deve ser bem ponderada e pensadas as condições e os atractivos que os mesmos irão oferecer para além das simples AEC's já existentes, que permita aos pais ponderar a colocação das crianças nesses novos locais. -----

----- **Deputado Anabela Costa Azenha** -----

----- Questionou relativamente à menção de que as localizações poderem não ser as definitivas, o porquê desse facto, o que poderá não está contemplado ou quais os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

critérios que poderão estar feridos de algum erro e que poderão levar a essa alteração de localização. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Considerou esta proposta como uma obrigatoriedade que deve ser cumprida, muito embora não concorde com este modelo de gestão do parque escolar. Salientou ainda que, com a criação dos centros escolares, há que ter em conta que os imóveis onde funcionavam as anteriores escolas terão eles também que ser geridos e mantidos, seja pela administração central ou local. -----

----- Quanto à revisão apresentada, referiu que era já perspectivável que esta se desse aquando da aprovação da Carta Educativa em 2006 e concordando-se ou não esta reveste-se de obrigatoriedade. -----

----- Questionou ainda qual será o risco que incorre esta autarquia se não for aprovada a revisão da Carta Educativa. -----

----- Salientou que segundo a informação conseguida, desta aprovação dependem os financiamentos para as construções de raiz e posteriormente também para os melhoramentos a fazer em outros estabelecimentos. Referiu que é também sabido que grande parte dos estabelecimentos de ensino existentes carecem de condições de funcionamento e a construção dos centros escolares vai permitir uma significativa melhoria dessas condições, já que se presume que estes sejam edifícios de excelência com todas as condições necessárias. -----

----- Referiu ainda que os dados demográficos apresentados não devem estar actualizados porque, pelo menos na Freguesia de Asseiceira, se verifica um acréscimo e não um decréscimo da população. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Reforçou a ideia que a decisão do encerramento das escolas e definição das escolas de acolhimento não é uma decisão do Município mas sim da DREL. Informou também que, em reunião com o Secretário de Estado, foi por aquele afirmado que está provado que as escolas com menos de vinte alunos têm uma taxa de insucesso escolar superior em 30%. -----

----- No que se refere à menção de haver uma organização supra concelhia informou que isso é tarefa que não cabe ao Município mas sim à DREL aquando da homologação das Cartas Educativas, articulando e reorganizando o que será construído, tendo em consideração o existente nos concelhos que confrontam uns com os outros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou que, a gestão escolar assim apresentada reflecte o princípio do processo de extinção e/ou fusão de freguesias que até agora nenhum governo teve a coragem política de iniciar. -----

----- **Dada a palavra ao representante da CEDRU para os esclarecimentos técnicos solicitados.** -----

----- Relativamente ao modelo utilizado nas projecções tentou-se inserir no mesmo alguns factores externos para que estes fizessem a diferença tal como as características de cada freguesia, bem como projectar através de dados de construção o crescimento e os saldos migratórios de cada freguesia. -----

----- Admitiu existirem alguns lapsos nas projecções, designadamente Asseiceira, no cenário alternativo apresentado. -----

----- No que se refere aos critérios utilizados para a escolha, frisou que este se trata de um instrumento de planeamento e orientação estratégica, sendo por isso apontados eixos preferenciais para a localização, através de critérios concretos como distâncias, transportes, acessibilidades, etc., e não a definição concreta do local. -----

----- Quanto ao sistema de transporte informou que este nunca poderia estar contemplado nesta carta porque não se sabe se os cenários apresentados se vão concretizar e que terá que ser definido aquando da efectiva localização da rede. -----

----- Referindo-se às questões dos projectos de execução compreende-se que os centros já existentes não possuem a excelência desejada mas há que compreender, que quando estes avançaram não existia nenhuma experiência de construção e que aquilo que foi decidido na altura seguiu os projectos tipo desenvolvidos pela DREL, esperando-se que agora possam ser já projectos de uma qualidade superior e que colmatem as deficiências verificadas nos centros já construídos. -----

----- Quanto ao facto de apresentarem tipologias algo generosas foi exactamente para se estar em condições de suprir necessidades, tais como espaços para crianças com necessidades especiais e a criação de espaços para as AEC's. -----

----- Salientou que este tipo de instrumento de gestão deverá estar sujeito a processos de monitorização permanente, adequando-a aos cenários futuros que poderão surgir. -----

----- Referiu também que é importante que os espaços libertados da função de estabelecimento escolar passem a ser ocupados e dinamizados com as mais diversas actividades para que não fiquem abandonados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Colocada a votação, foi **aprovada a proposta por maioria** com 18 votos a favor, 7 abstenções e 6 votos contra. -----

----- Declaração de Voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A CDU votou contra e o professor Augusto Figueiredo votou contra esta proposta de Carta Educativa tendo a noção que nada é imutável. Como dizia o poeta “ *A única certeza que temos é a mudança.*” e eu não estou de acordo com esta política, a Carta Educativa anterior foi votada por mim favoravelmente e já lá incluía um centro educativo para a Asseiceira, dois jardins de infância para o 1º ciclo. Mas eu tenho a consciência que ao defender esta proposta estou a obrigar à reflexão, estamos a obrigar a mudar de política que não serve os interesses das Freguesias do Concelho de Rio Maior particularmente as rurais. Por isso foi o meu voto e se todos votássemos assim provavelmente a empresa tinha que estudar novas propostas, porque o mundo não acaba amanhã. Esta é uma proposta, há outras propostas, eu não sei porque não consegui saber qual é a diferença de em vez de três centros serem quatro porque o Ministério da Educação quando diz “fecha-se três, mais de três não dou”. Eu conheço bem o Dr. Pedro Lara, conheço bem o Secretário de Estado e conheço bem a política deste Governo e não confio nela.”

----- Declaração de Voto do Presidente de Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra este projecto de revisão da Carta Educativa do Município de Rio Maior, porque entendo que o mesmo não serve os interesses da Freguesia que represento nesta Assembleia. Não posso aceitar o previsto encerramento dos quatro estabelecimentos de ensino actualmente existentes, quando é o próprio estudo que lhes serve de base a indicar claramente que esta Freguesia é a que mais irá crescer no curto prazo. Obviamente que tudo isto não faria sentido, caso fosse opção do projecto em causa a construção de um Centro Escolar nesta Freguesia. Mas considerando as propostas de localização já existentes, como resulta da consulta à própria página na Internet da Câmara Municipal efectuada no dia 22 de Junho, bem como do projecto que foi apresentado no Conselho Municipal de Educação realizado no dia 15 de Junho, que diferem daquele que foi apresentado nesta Assembleia, e que apontam para que a construção dos Centros Escolares nas freguesias de S. João da Ribeira, Asseiceira e Fráguas; considerando o crescente número de crianças residentes nesta Freguesia; considerando que as freguesias rurais têm nas suas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

escolas pólos fundamentais na atracção de famílias; considerando que fui eleito para defender os interesses desta Freguesia e dos seus habitantes, e não interesses estratégicos de outra escala, só pode ser este o meu sentido de voto.” -----

----- Declaração de Voto do Presidente de Junta de Freguesia de São Sebastião que se transcreve na íntegra: -----

----- “Quero justificar a minha abstenção nesta votação. Como sabe eu sou Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião e no próximo ano lectivo a minha freguesia terá vinte e sete alunos no 1º ciclo e dez no pré-escolar, e eu vejo em risco a manutenção destas escolas em São Sebastião em função das novas alterações escolares. Entendo que o Ministério da tutela não contempla o bem-estar das crianças. É este o motivo que me impede de votar favoravelmente.”

----- Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Abstivemo-nos nesta apreciação porque temos a consciência de que não queremos impossibilitar que o Executivo consiga prosseguir com algumas das suas políticas. De facto, para nós, esta não era a nossa carta educativa, de facto estes documentos podiam e deviam ter sido apresentados com mais tempo e discutidos com mais tempo, e é um erro pensarmos que o encerramento das escolas, a circular do Ministério da Educação que levou ao encerramento das escolas, condiciona a revisão da Carta Educativa. Como disse, e muito bem, o Dr. Luís Carvalho estes instrumentos devem ser monitorizados a par e passo. O concurso para os Centros Escolares está aberto desde o dia 19 de Março, portanto já podíamos ter analisado isto de forma a que houvesse uma discussão pública bem maior.”

----- Terminada a ordem de trabalhos colocou-se a aprovação em minuta dos assuntos deliberados nesta Assembleia. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhora Dona Cecília Moutinho** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e aos presentes. -----

----- Deu conhecimento de uma situação que se arrasta há já seis anos referente à existência de um mapa cadastral viciado e da utilização do mesmo pela Câmara para espoliar a reclamante. Referiu-se ainda à apropriação indevida de terras e ao facto de a última planta adquirida nos serviços da Câmara Municipal ainda ser mais prejudicial por retirar ainda mais área ao prédio que é sua propriedade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referiu também que a Câmara Municipal, apesar dos seus protestos e reclamações, aprovou o projecto e licenciou a obra que originou todo este problema. -

----- **Senhor Alexandre Jacinto** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da sinalética horizontal e os critérios de aplicação e também acerca dos contratos-programa para o movimento associativo que ainda não foram assinados. -----

----- Lamentou ainda o facto que na actualidade se fale ainda de escolhas entre a colocação de rede de águas e rede de esgotos como se referiu no caso de Casais Monizes anteriormente. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente à primeira intervenção informou que irá verificar o ponto da situação explanada e encaminhar aos serviços competentes para análise. -----

----- Respondendo à segunda intervenção, informou que não tem no momento uma resposta concreta mas que irá transmitir ao vereador do pelouro a questão colocada. --

----- Relativamente ao movimento associativo informou que os procedimentos estão a decorrer e a aguarda-se a entrega da documentação das associações já solicitada e que deveria ter sido entregue dentro de um prazo que tem vindo a ser prorrogado. Também no ano transacto a primeira prestação foi paga apenas em Agosto e a segunda em Outubro e embora não servindo de exemplo, constata-se que o atraso verificado não se trata de uma situação nova. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Quando eram sete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente acta que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____